Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Alexandre Duarte Andrade ME, CNPJ nº 20.632.202/0001-63, situada na avenida Mato Grosso, nº 490, Bairro Vila Universal, Betim - MG, CEP 32678-014, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
I – Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais de competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.
Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na lei Lei nº. 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de Junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Kleyverson Rezende
Diretor do Detran/MG

PORTARIA Nº. 1490, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor do Departamento De Trânsito De Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com as Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº. 12.977/2014 e nas Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN/MG, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa JD Peças Usadas Ltda, CNPJ nº 30.530.500/0001-04, situada na avenida Tereza Cristina, nº 10046, Bairro Jardim Industrial, Contagem - MG, CEP 32215-150, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:

I – Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais de competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na lei Lei nº. 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de Junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Kleyverson Rezende
Diretor do Detran/MG

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR CHEFE DA POLÍCIA CIVIL DE MINAS GERAIS

73.513 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Verlaine Androni de Assis, Delegada de Polícia, nível Especial, MASP 1.060.879-2, para responder pelo expediente da Diretoria de Logística, Material e Patrimônio/ SPGF, procedente da Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal/ SPGF.

73.514 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Robert Carvalhaes Levy, Delegado de Polícia Titular, MASP 1.330.734-3, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Novo Cruzeiro/ 1º DRPC Teófilo Otoni/ 15º Depto Teófilo Otoni, procedente da 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Curvelo/ 14º Depto Curvelo.

73.515 - no uso de suas atribuições, remove, nos termos do inciso IV do artigo 22 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, face ao teor do ofício PCMG/3DEPPC/VESPASIANO/CH CART nº. 625/2020, visando regularizar situação funcional, os servidores a seguir nominados para prestarem serviços na Delegacia de Polícia Civil de Plantão de Santa Luzia:

Nome	Cargo	Nível	MASP	Origem
Flávio Vinicius Martins de Castro	Delegado de Polícia	Titular	1.332.973-5	Delegacia de Polícia Civil de Plantão de Sabará
Davi Moraes Pinto	Delegado de Polícia	Titular	1.330.882-0	Delegacia de Polícia Civil de Plantão de Sabará
Carlos Eduardo Vieira Nunes	Delegado de Polícia	Titular	1.332.947-9	Delegacia de Polícia Civil de Plantão de Sabará

73.516 - no uso de suas atribuições, remove por permuta, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Celeida de Freitas Martins, Delegada de Polícia Substituta, MASP 1.478.941-6, para prestar serviços na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Curvelo/ 14º Depto Curvelo, procedente da Delegacia de Polícia Civil de Novo Cruzeiro/ 1º DRPC Teófilo Otoni/ 15º Depto Teófilo Otoni.

73.517 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Estevo Carvalho Cardoso, Investigador de Polícia, nível III, MASP 1.241.918-0, para prestar serviços na Diretoria de Logística, Material e Patrimônio/ SPGF, procedente da Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal/ SPGF.

73.518 - usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 45.835, de 23 de dezembro de 2011, exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea “a”, da lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e Resolução SEPLAG Nº 04, de 19 de janeiro de 2012, Poliana Cristina Carneiro Santiago, cargo efetivo de Investigador de Polícia, nível II, MASP 1.257.406-7, lotada na Delegacia de Polícia Interestadual/ POLINTER, a partir de 06/08/2020, data do desligamento do servidor.

73.519 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Leandro Rodrigues Pinheiro, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.174.143-6, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Interestadual/ SIPP, procedente do Departamento Estadual de Combate ao Narcotráfico/ SIPP.

73.520 - no uso de suas atribuições, em cumprimento à decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 5005079-52.2020.8.13.0480, em trâmite na 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte, afasta das funções, Lucas Borges Martins, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.414.418-2, durante o período de 03.08.2020 a 09.10.2020, sem remuneração.

73.521 - no uso de suas atribuições, remove nos termos do inciso IV do art. 22, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Gabriela Thais de Oliveira, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.458.373-6, para prestar serviços na Delegacia de Polícia Civil de Caldas/ 1º DRPC Poços de Caldas/ 18º Depto Poços de Caldas, procedente da 6ª Delegacia de Polícia Civil de Santa Rita de Caldas/ 1º DRPC Poços de Caldas/ 18º Depto Poços de Caldas.

73.522 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do art. 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Douglas José Brandão de Paiva, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.469.762-7, para prestar serviços na Divisão Especializada em Investigação de Crimes Contra a Vida/ DHPP, procedente da 2ª Delegacia de Polícia Civil de Ribeirão das Neves/ 3ª DRPC Ribeirão das Neves/ 2º Depto. Contagem.

73.523 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso I do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Luciana Mirella de Sousa Ferreira Alves, Investigadora de Polícia, nível I, MASP 1.469.868-2, para prestar serviços na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher de Santa Luzia/ 1º DRPC Santa Luzia/ 3º Depto Vespasiano, procedente da Delegacia de Polícia Civil de Campestre/ 1º DRPC Poços de Caldas/ 18º Depto Poços de Caldas.

73.524 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do inciso III do artigo 52 da Lei Complementar nº 129, de 8 de novembro de 2013, Maximiliano Calderari Miguel, Investigador de Polícia, nível I, MASP 1.480.720-0, para prestar serviços na 1ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Juiz de Fora/ 4º Depto., procedente da 5ª Delegacia Regional de Polícia Civil de Ponte Nova.

ATOS ASSINADOS PELA SENHORA SUPERINTENDENTE DE INVESTIGAÇÃO E POLÍCIA JUDICIÁRIA

73.525 - no uso de suas atribuições, remove a pedido, nos termos do artigo 38, inciso V, c/c o artigo 52, inciso I, da Lei Complementar nº 129, de 08 de novembro de 2013, Talita Câmara de Almeida, MASP 1.480.088-2, Investigadora de Polícia, código IPC-I, nível I, para prestar serviço na Delegacia de Polícia Civil de Itaipava/ 1º DRPC Divinópolis/ 7º DEPPC, procedente de Papagaios.

12 1386589 - 1

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais

Comandante-Geral: Cel. Edgard Estevo da Silva

Expediente

DAT-PORTARIA Nº 59, DE 10 DE AGOSTO DE 2020
Aprova a emenda nº 05/2020, que altera a it 33/3ªeDIÇÃO, ACRESCENTANDO O ANEXO M – EVENTOS DO TIPO DRIVE-IN. O CORONEL BM COMANDANTE-GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º e § 1º do art. 12, ambos da Lei Complementar

PORTARIA Nº. 1491, DE 10 DE AGOSTO DE 2020

O Diretor do Departamento De Trânsito De Minas Gerais - DETRAN-MG, em conformidade com os incisos III e X do art. 22 da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, com a resolução nº 611, de 24 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Trânsito, com o art. 1º da Lei nº 12.977, de 20 de maio de 2014, e com as Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN-MG;

Considerando o cumprimento das exigências inseridas na Lei nº. 12.977/2014 e nas Portarias nº 397, de 14 de junho de 2017 e nº 936, de 05 de julho de 2018, ambas do DETRAN/MG, devidamente atestado pela Coordenação de Administração de Trânsito (CAT) no âmbito do município de Belo Horizonte e Departamentos e Regionais de Polícia Civil;

Resolve:
Art. 1º Credenciar a empresa Sintia Da Silva Ribeiro Auto Peças Usadas, CNPJ nº 33.751.882/0001-86, situada na avenida Pedro 2, nº 4637, loja, Bairro Jardim Montanhas, Belo Horizonte - MG, CEP 30750-000, para a atividade de Desmontagem de veículos automotores terrestres.

Art. 2º O credenciamento tem por objeto:
I – Autorizar e disciplinar a desmontagem de veículos automotores terrestres, no Estado de Minas Gerais de competência específica do Departamento de Trânsito de Minas Gerais - DETRAN-MG.

Art. 3º A vigência deste credenciamento é de 12 (doze) meses, renovável sucessivamente por períodos de 5 (cinco) anos, desde que requerido pelo credenciado e observadas às exigências na Lei n. 12.977 de 2014, e na Portaria nº 397 do DETRAN/MG, de 14 de junho de 2017 e Legislação de Trânsito.

Art. 4º Fica a credenciada advertida de que deverá cumprir todos os requisitos previstos na lei Lei nº. 12.977/2014, Resolução 611 de 24 de maio de 2016 do CONTRAN, e portaria 397 do DETRAN-MG, de 14 de Junho de 2017, sob pena de descredenciamento.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Kleyverson Rezende
Diretor do Detran/MG

12 1386587 - 1

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, GESTÃO E FINANÇAS DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PAGAMENTO DE PESSOAL

QUINQUÊNIO ADMINISTRATIVO
Retifica Quinquênio Administrativo, nos termos do art. 112, do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor(es):

Masp 387.372-6, Josiane Aparecida Ferreira, 3º quinquênio a contar de 08/03/2011, em retificação ao MG de 26/07/2011, que o concedeu a contar de 09/03/2011.

Masp 387.372-6, Josiane Aparecida Ferreira, 4º quinquênio a contar de 06/03/2016, em retificação ao MG de 16/09/2016, que o concedeu a contar de 07/03/2016.

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
Concede Adicional por Tempo de Serviço, nos termos do art. 113 do ADCT da CE/1989, c/c XIV do art. 37 da CR/1988, ao(s) servidor(es): Masp.667.948-4, Cláudia Gouthier De Carvalho Rodrigues, a contar de 16/09/2018.

Masp.881.110-1, Gildete Martins De Miranda, a contar de 11/07/2020, Seção de Concessão de Vantagens da Diretoria de Administração e Pagamento de Pessoal, 12 de agosto de 2020.

Roberto Alves Barbosa Junior
Delegado Geral de Polícia
Diretor de Administração e Pagamento de Pessoal

12 1386585 - 1

Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Secretária: Ana Maria Soares Valentini

Expediente

PROCURAÇÃO001/2020 - SEAPA/SPGF
Belo Horizonte, 12de agosto de 2020.

Procuração

Pelo presente instrumento particular de mandato, o ESTADO DE MINAS GERAIS, através da SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, situado na Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, Rodovia Papa João Paulo II nº. 4143, Edifício Gerais – 10º. Andar, Bairro Serra Verde, Belo Horizonte - MG, inscrito no CNPJ 18.715.573/0001-67, neste ato

Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA

Diretor-Geral: Thales Almeida Pereira Fernandes

ATO Nº 329/2020 - REGISTRA FASTAMENTO POR MOTIVO DE LUTO, nos termos da alínea “b” do art. da lei nº 869 de 05/07/1952, por 8(oito) dias, os seguintes servidores:

MASP	NOME	VIGENCIA:
449661-8	RODNEY MAX DIAS NUNES	02/07/2020
1218636-7	RODRIGO BARBOSA BRAGA	05/08/2020

ATO Nº 330/2020 - AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO de férias-prêmio, nos termos da resolução SEPLAG nº 22, de 25-4-2003, aos servidores:

MASP	NOME	Início	Tipo	Quinquênio
1017901-8	HUMBERTO ANTUNES DE ALMEIDA	01/09/2020	1 Mês	3º
1017610-5	LUCIO DOS REIS OLIVEIRA	17/08/2020	1 Mês	4º
1155319-5	MILENA PIRES MOLIN	31/07/2020	1 Mês	1º
1017114-8	JOSE GERALDO BRAGA FERREIRA	01/09/2020	1 Mês	6º
1153782-6	FLAVIA LAFETA RABELO	08/09/2020	Férias prêmio - Gozo de 15 dias (Delib. COVID-19 nº 2)	2º

THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES

12 1386443 - 1

O(A) Diretor(a)-Geral do(a) Instituto Mineiro de Agropecuária, no uso de suas atribuições, designa FERNANDO LUIZ GONCALVES DE OLIVEIRA, MASP 1211686-9, ocupante da função gratificada FGL-4 IM1100138, para responder pelo Escritório Seccional de Machado do(a) Instituto Mineiro de Agropecuária.

12 1386528 - 1

Secretaria de Estado de Cultura e Turismo

Secretário: Leônidas José de Oliveira

Expediente

RESOLUÇÃO SECULT Nº 27, 11 DE AGOSTO DE 2020.

Instaura Tomada de Contas Especial na prestação de contas que menciona.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE CULTURA E TURISMO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do § 1º do art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, e considerando a Instrução Normativa nº. 03, de 08 de março de 2013, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, que dispõe sobre os procedimentos de tomada de contas especial no âmbito dos órgãos e entidades das Administrações Diretas e Indiretas, estaduais e municipais e o art. 47 da Lei Complementar Estadual nº 102 de 17 de janeiro de 2008, que dispõe sobre o dever da autoridade administrativa, sob pena de responsabilidade solidária, adotar providências com vistas à instauração de tomada de contas para apuração dos fatos e quantificação dos danos.

RESOLVE:
Art. 1º - Fica instaurada a Tomada de Contas Especial, com objetivo de apurar fatos, identificar possíveis responsáveis e quantificar eventuais danos, em razão da irregularidade comprovada pela omissão no dever de prestar contas referente ao Termo de Fomento 12710001480/2017, assinado em 26 de dezembro de 2017 e publicado no Diário Oficial do Estado em 27 de dezembro de 2017, celebrado entre a Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e a Laturpe Associação Cultural Esportiva Cultural Educacional, no valor histórico de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), conforme recomendado na Decisão de Ratificação do AADE, assinado pelo Ordenador de Despesas em 30 de setembro de 2019.

Parágrafo único - A Comissão de Tomada de Contas Permanente, designada por meio da Resolução nº 14, de 22/10/2019, fica, desde logo, autorizada a praticar todos os atos necessários ao desempenho de suas funções, devendo os órgãos vinculados a esta autoridade prestarem a colaboração necessária que lhes for requerida.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de agosto de 2020.

LEONIDAS JOSÉ DE OLIVEIRA

Secretário de Estado de Cultura e Turismo de Minas Gerais

12 1386367 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico

Secretário: Cassio Rocha de Azevedo

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG

O(A) Presidente do(a) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições, dispensa FLAVIO HENRIQUE BELO RODRIGUES, MASP 0753008-2, ocupante do cargo de provimento em comissão DAI-19 AP1100048, de recrutamento amplo, de responder pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do(a) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, a contar de 24/07/2020.

O(A) Presidente do(a) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, atribui a NATHÁLIA FÉLIX OLIVEIRA, MASP 1389741-8, ocupante do cargo de provimento em comissão DAI-19 AP1100057, de recrutamento limitado, a chefia do Departamento de Orçamento.

representado pelo Secretária ANAMARIA SOARES VALENTINI, conforme ato do governador publicado na imprensa oficial no dia 01 de janeiro de 2019, portadora da Carteira de Identidade nº 208.353-7e inscrito CPF sob o nº 520.945.106-20e conforme delegação contida no Decreto Estadual nº. 45.859, de 29 de dezembro de 2011, nomeia e constitui como seu procurador o Sr. José Ricardo Ramos Roseno, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº. 07919258e inscrito no CPF sob o nº. 942.127.327-34 e a Sra. Neiva Senra Salgado, brasileira, portadora da identidade nº M- 2.868.795 e inscrita no CPF sob o nº 132.789.326-68, a quem confere poderes pararepresentação junto ao Banco do Brasil S/A, nas contas bancárias da extinta Secretaria do Desenvolvimento Agrário -Conta nº 21.177-X, Conta nº 21.292-X, Conta nº 21.561-9 e Conta nº 21.949-5 da agência 1615-2, podendo para tanto, operar, cancelar, assinar, retirar, movimentar recursos nessas contas bancárias, inclusive por meios eletrônicos acompanhar as contas bancárias em todos os seus trâmites e tudo mais que se fizer necessário ao cumprimento deste mandato. Estes poderes não podem ser substabelecidos. O presente mandato é válido até 31 de dezembro de 2020.

Belo Horizonte-MG, 12 de agosto de 2020
Ana Maria Soares Valentini
Secretária de Estado da Secretariade
Agricultura, Pecuária e Abastecimento

12 1386568 - 1

O(A) Presidente do(a) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 7º da Lei Delegada nº 175, de 26 de janeiro de 2007, atribui a GABRIEL VIEIRA PEREIRA BONA, MASP 752275-8, ocupante do cargo de provimento em comissão DAL-19 AP1100047, de recrutamento amplo, a chefia do Departamento de Parcerias Empresariais.

O(A) Presidente do(a) Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais retifica o ato de nomeação de RAFAEL MARQUES PES-SOA, publicado em 11/6/2020: onde se lê “Coordenadoria Científica e de Inovação”, leia-se “Assessoria Técnica de Ciência e Inovação”.

12 1386531 - 1

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social

Secretária: Elizabeth Jucá e Mello Jacometti

Expediente

ATOS DO SENHOR DIRETOR

A Diretoria de Recursos Humanos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, no uso de suas atribuições, de acordo com a Resolução Sedese nº 01/2019:

REGISTRA OPÇÃO POR COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, nos termos do art. 7º, inciso II da Lei Delegada Nº 182 de 21/01/2011, aos servidores: Masp 1472931-3, Daniella Fontes Bregunci, pela remuneração do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental I A, do quadro de Lotação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, acrescida de 50% da remuneração do cargo em comissão DAD-4, SU1100563, a partir de 01.07.2020; Masp 1484400-5, Thiago da Silva Alves, pela remuneração do cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental I A, do quadro de Lotação da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, acrescida de 50% da remuneração do cargo em comissão DAD-4, SU1103059, a partir de 01.07.2020.

AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos da Resolução SEPLAG nº 22, de 25/4/2003 e em conformidade à Deliberação do Comitê Extraordinário COVID-19 nº 2, de 16 de março de 2020, aos servidores: MASP 348314-6, José Benedito Batista, Auxiliar de Serviços Operacionais IV H, por 3 meses referente ao 5º quinquênio de exercício, a partir de 15.06.2020; MASP 385498-1, Helena Alves Ferreira Trindade, Assistente de Gestão e Políticas Públicas em Desenvolvimento III J, por 1 mês referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 03.08.2020; MASP 919800-3, Aloisio Antonio Andrade de Freitas, Médico da Área de Seguridade Social IV A, por 3 meses referente ao 3º quinquênio de exercício, a partir de 12.08.2020.

Belo Horizonte, 12 de agosto de 2020.

Weslei Ferreira dos Santos - Diretoria de Recursos

12 1386517 - 1

RESOLUÇÃO Nº 701/2020 CEAS/MG

Dispõe sobre a aprovação da partilha de recursos do Fundo Estadual de Assistência Social destinados às ações de enfrentamento aos impactos provocados pela pandemia - COVID-19, nos municípios mineiros, nos termos da Lei Complementar nº 173/2020 e da medida provisória 978/2020.

O Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS/MG, no uso de suas atribuições conferidas pelo art. 13 da Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, pela Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social de 2012 – NOB/SUAS/2012 e Considerando a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências; Considerando a Lei Estadual nº 12.262, de 23 de julho de 1996, que dispõe sobre a política estadual de assistência social; Considerando o Decreto 38.342, de 14 de outubro de 1996, que regulamenta o Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS; Considerando a Resolução SEDESE nº 459, de 29 de dezembro de 2010, que regulamenta o Piso Mineiro de Assistência Social; Considerando o Decreto 46.873, de 26 de outubro de 2015, que dispõe sobre transferências de Recursos financeiros do Fundo Estadual de Assistência Social- FEAS;

Considerando o Decreto 46.982, de 18 de abril de 2016, que altera o Decreto 38.342/1996 que regulamenta o Fundo Estadual de Assistência Social – FEAS;

Considerando a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, que estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e dá outras providências.

Considerando a Medida Provisória nº 978, de 4 de junho de 2020, que abre crédito extraordinário, em favor de Transferências a Estados, Dis-